PEQUENAS CIDADES E UTOPIA

Angela Maria Endlich
DGE e PGE/Universidade Estadual de Maringá
amendlich@hotmail.com

Pequenas cidades e utopia (Resumo)

Como pensamento utópico encontra-se uma grande diversidade de reflexões e de produções que vão muito além do mundo científico, abrangendo a literatura e o cinema. No âmbito acadêmico, em especial na perspectiva que adotamos, a utopia deve ser compreendida como parte de uma leitura da realidade baseada na dialética. Trata-se de uma utopia baseada na concretude social construída a partir das fissuras forjadas pelas contradições sociais. A contribuição desse trabalho vai no sentido de lembrar que as construções utópicas remetem a espacialidade. Enfatizamos, especialmente, as pequenas cidades como possibilidades para um vir-a-ser pautado pela sociedade urbana. No conjunto diverso de produções utópicas encontram-se muitas que projetam pequenas cidades, contudo é preciso considerar as pequenas cidades concretas.

Palavras chave: Pequenas cidades, Sociedade urbana, Utopias urbanas.

Small cities and utopia (Abstract)

As utopian thinking is a great diversity of reflection and productions that go beyond the scientific world, encompassing literature and cinema. In the academic environment, especially in the perspective that we have adopted, the utopia must be understood as part of a reality based on dialectical reading. It is a utopia based on social concreteness built from forged cracks by social contradictions. The contribution of this work is in line to remember that the utopian constructions refer to spatiality. We emphasize especially the small cities as possibilities for the coming-to-be guided by urban society. In utopian diverse set of productions are many designing small cities, however we need to consider small concrete cities.

Key words: Small cities, Urban society, Urban utopias.

Se a espacialidade pode contribuir à felicidade humana ou ao menos a condições sociais de vida mais apropriadas, isso nos interessa enquanto utopia. Sempre nos pareceram instigantes e motivadores os questionamentos que Henri Lefebvre apresenta: “Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? (...). Quais tempos, quais ritmos de vida quotidiana se

inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços 'bem sucedidos', isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?"[1].

Um olhar para diversas utopias permite apreender que existe uma referência espacial em boa parte delas: Atlântida, Ilha dos Abençoados, Cidade de Deus, como mostra Gregory Claeys[2]. O referido autor assinala que elas remetem a algum lugar, antes de ser lugar nenhum, contrapondo-se ao significado do termo. Deste modo, onde vislumbramos ser possível a utopia?

De modo mais específico, nesse trabalho, observamos que entre as utopias há uma certa recorrência a pequenas localidades, em especial um cuidado frequente com o tamanho demográfico de uma cidade ou comunidade tanto na formulação das utopias como em algumas experiências concretas registradas.

Essas preocupações já foram matéria de nossas reflexões[3] e a realização do XIV Colóquio Geocrítica com o tema *Las utopias y la construcción de la sociedad del futuro* nos permite retomar, atualizar, debater, enfim, aprofundar.

A nossa problematização considera que enquanto as pequenas cidades concretas apresentam uma série de problemas e mostram-se, em geral, politicamente conservadoras, uma série de utopias são inspiradas por visões idealizadas dessas localidades. É assim com as utopias clássicas, mas também com os espectros de utopias recriados pelo capitalismo, como ocorre com a construção de 'cidades novas' ou novos empreendimentos imobiliários baseados em um *novo* urbanismo, pautados pelo pedestrianismo e proximidade. São esses os valores que são exaltados em condomínios fechados e nas dimensões controláveis dos centros comerciais.

Ao buscar a relação entre a utopia e a espacialidade, observamos a inquietação com uma 'geografia da felicidade'. Ela aparece, por exemplo, em livro que tem exatamente esse título, escrito por Eric Weiner[4]. Trata-se de obra de cunho mais literário e escrita por jornalista que pelo seu trabalho precisou visitar muitos 'lugares tristes'. Isto o fez refletir sobre a questão dos espaços e a felicidade. Então, ele se propôs a visitar países que por diferentes razões são associados à felicidade. Ao tratar dos Estados Unidos, chama a atenção que o autor assinala que naquele país se persegue a felicidade, inclusive buscando novos lugares para morar. Aproximadamente 40 milhões de americanos se mudam todos os anos. Essa possibilidade de escolher onde morar é recente, antes era preciso viver onde se nascia, assinala o autor. Como existe essa possibilidade parece haver também uma busca pelo lugar mais feliz. Dessa dinâmica, o autor entre alguns espaços destaca a tendência de se procurar pequenas cidades com menos de 100 mil habitantes.

Precisamos ressalvar que essa propensão é muito diferente da realidade que observamos na região que estudamos, onde as pequenas localidades constituem áreas de declínio demográfico. A mobilidade da população não significa poder escolher onde morar, mas tende a significar a inviabilidade da permanência naqueles espaços, ou seja, trata-se de um fluxo que pode ser considerado como altamente compulsório.

---

[1] Lefebvre, 2001.
[2] Claeys, 2013.
[3] Endlich, 2009.
[4] Weiner, 2009.

A motivação do referido autor era buscar espaços onde a felicidade parecia mais viável e em que ela estava baseada. Entretanto, o que motiva as formulações utópicas? Ao ler a obra de Claeys[5] observamos que podem ser diversos os impulsos para os conteúdos que permeiam as utopias. As formas como elas são propostas estão relacionadas ao que elas se contrapõem, ou ao que é visto como problemático na sociedade por seus idealizadores. Portanto, não se trata exatamente da felicidade, ainda que seja possível que essa motivação esteja sempre ou constantemente implícita. São vários objetivos: combate de comportamentos negativos como os vícios, a hostilidade, violência e ambição; as desigualdades sociais e a pobreza especialmente; preocupações com o planejamento urbano e espacial como um todo; cuidados ambientais frente aos desafios que se tem observado nesse sentido em diversos momentos da história. As utopias relacionadas às mulheres mostram a apreensão quanto à desigualdade de gênero que também já vem de passado longínquo e está longe de ser superada. Não contemplamos todas as motivações aqui, mas certamente sinalizamos parte das mais expressivas.

Quanto ao conjunto de utopias que sinalizam para o planejamento urbano e espacial observamos o predomínio da preocupação com as suas dimensões e formas. A projeção de cidades ideais permeia a história da utopia e vem desde a Cidade de Deus e Nova Jerusalém, mostrando que as ideias de paraíso estiveram entrelaçadas com conceitos de cidade ideal. Acerca da ênfase na forma podemos destacar o seguinte excerto sobre a Cidade do Sol de Tommaso Campanella: "Formada simetricamente por sete anéis, a cidade resume a relação entre engenharia social utópica e planejamento espacial urbano"[6].

Contudo, as experiências existentes e as utopias formuladas ensinaram que mais do que projetar formas e preocupar-se com dimensões será preciso cuidar da educação para uma nova sociedade, de modo que ela possa subsidiar práticas emancipadoras nos mais diversos espaços. Deste modo, os espaços poderão ser socialmente apropriados conforme Lefebvre[7]. É certo que espaços de uso público que facilitem e promovam essas práticas contribuirão enormemente, como nos faz refletir Carlos Nelson dos Santos[8] nas propostas diferenciadas que faz ampliando espaços públicos em Cidade como um jogo de cartas. Contudo, não basta cuidar da forma e da dimensão espacial, mas das práticas sociais que permitirão sua adequada apropriação.

A dimensão política emerge como algo que deve ser recuperado, pois a liberdade do espaço público deve ser defendida com o mesmo entusiasmo que a liberdade de expressão, visto que a construção de uma cidade melhor não é só urbanismo, é, também, civismo e política, como destaca Horácio Capel[9].

Constatamos o descompasso entre as projeções utópicas e a realidade quanto a pequenas localidades e sublinhamos que mais do que morfologia ou dimensões demográficas e territoriais pequenas, as utopias precisam pensar o avanço político da sociedade. Portanto, reiteramos o que diversos autores já têm sinalizado acerca da premência de recriar as utopias, reflexão que desenvolveremos no último tópico desse texto.

---

[5] Claeys, 2013.

[6] *Idem*, p.118.

[7] Lefebvre, 2002.

[8] Santos, 1988.

[9] Capel, 2003.

Pela natureza desse trabalho, foram procedimentos metodológicos fundamentais a ampliação do levantamento e revisão bibliográfica, além da retomada de elementos da pesquisa empírica sobre pequenas cidades do Norte do Paraná que nos permitiu as reflexões acerca do tema.

Sistematizamos o trabalho em três tópicos: Utopia e espacialidade; Utopia urbana e as pequenas cidades e Recriar a utopia. No primeiro abordamos as utopias e as referências a espacialidade. No segundo mostramos que em parte significativa das utopias conhecidas as propostas correspondiam a pequenas cidades e apresentamos problematizações acerca dessas localidades em contraposição a projeções idealizadas. Terminamos com uma reflexão sobre a premência de recriar a utopia nos tempos atuais.

Utopia e espacialidade

Como nos mostram diversas fontes que procuram explicar a etimologia da palavra utopia, ela nos remete a espacialidade, ainda que a não existente. Ela difunde-se a partir do título da obra de Thomas Morus, com origem grega, na qual *topos* remete a lugar e *U* significa não, ou seja, lugar nenhum.

Após a Utopia de Thomas Morus[10] que inaugura o uso do termo[11], diversas obras foram escritas e consideradas utópicas. Elas possuem em comum projeções de uma vida social idealizada, mas que não se realizam concretamente em nenhum lugar, ainda que algumas tenham passado por tentativas de aplicação. Contudo, nos parece enganoso o pensamento de que elas não possuam vínculos com a realidade, pois foram delineadas pelas inquietações a partir do real. Converge com essa ideia Brandão[12], ao afirmar que a utopia se alimenta de fatos reais, mesmo que para se contrapor a eles. Ideias utópicas emergem da negação do que é e consistem em projetar o futuro.

Muitos exercícios de projeções utópicas estão baseados em uma espacialidade. Por isso, pensar a utopia implica pensar espacialidades do devir ou locais edificados com esperança. Trata-se de pensar o devir e o espaço, em questionamentos como em que espaço se realiza a utopia ou poderia ser produzido por ela? Que condição material está nela prevista? Isso é significativo, pois não só as inquietações partem da realidade como é preciso considerar que as perspectivas e projeções igualmente deverão ser implantadas em um contexto real.

Embora, a formulação das utopias tenha vínculos com a realidade, mesmo que para negá-la, é comum que a implantação de experiências se faça desconsiderando tal realidade. Por isso, reiteramos que é preciso observar que as cidades ideais, por exemplo, são propostas como correção de elementos e características indesejáveis nas cidades existentes, ou seja, como uma negação de suas formas e práticas. Por outro lado, as idealizações passam a gerar cidades reais, entretanto com concretização apenas parcial do que foi idealizado. Isso ocorre porque as utopias frequentemente foram propostas como uma negação total da condição social e política existente, mas quando implementadas o são em meio a essas condições.

Ao trabalhar com pequenas cidades procuramos compreendê-las como uma das formas possíveis para a vida urbana. Compreendemos quando trabalhamos com pequenas cidades que

---

[10] Publicação original de 1516.
[11] Não é demais ressalvar: ele inaugura o uso do termo, mas não o pensamento que agora é assim denominado. Este vem acompanhando a sociedade desde a Antiguidade.
[12] Brandão, 2008.

lidamos com espacialidades urbanas, mesmo que em nível elementar, e concebemos como perspectiva o que denominamos de utopias urbanas, ou seja, mantemos uma expectativa de condição social e humana de vida vindoura, baseada nos avanços tecnológicos e científicos, superior a atual e que tem condições de realização nas cidades.

Todavia, outros pesquisadores vislumbram 'utopias agrárias'[13], ou seja, sua perspectiva de vir-a-ser vincula-se ao campo. Parte dessas utopias está realmente relacionada ao intento de fazer com que as pessoas permaneçam no campo, assim como estimular o retorno a ele, inclusive por meio da reforma agrária. Não é possível negar que a condição social marcada pela precariedade atual cujas contradições expressam-se nas periferias urbanas tem sua origem nas transformações agrárias brasileiras. Portanto, parece legítimo que se estabeleçam reivindicações neste sentido. Contudo, considerando a tendência a configuração de um mundo cada vez mais urbano parece que ela será sempre parcial em relação a totalidade da sociedade: ainda que parte queira viver no campo e em atividades primárias relacionadas a agricultura e pecuária, será sempre uma pequena parte da sociedade. Portanto, trata-se de uma utopia socialmente parcial. Não contemplará a sociedade como um todo.

Ademais, parece haver uma confusão entre o natural e o agrário, já que parte das argumentações pela utopia agrária refere-se ao ambiental e tem apelos naturais. Portanto trata-se, também, de pensar o papel da espacialidade na realização de um devir que supere as condições humanas e sociais atuais.

Quanto à utopia urbana corresponde a trazer perspectivas positivas para espaços urbanos, em meio a realidade em que se remete a cidade grande parte das contradições sociais. Trata-se de superar essa condição e retomar o urbano como local do encontro e valor de uso. Além disso, faz parte desse escopo a cidade como lugar da criatividade, inovação, de vida intelectual intensa e das possibilidades. Ainda que exista uma crise de sociabilidade na condição urbana atual, é plausível vislumbrar que com essas retomadas igualmente avanços neste sentido poderão ocorrer.

Reiteramos que as pequenas cidades devem ser consideradas como possibilidades e alternativas para a vida urbana. As formas geradas pela extrema e persistente concentração nas grandes cidades tem parecido inadequadas em vários sentidos. Neste sentido, Carlos Antônio Leite Brandão[14] pondera sobre em que a cidade se converteu, ressaltando que não se trata mais do espaço onde desenvolvemos nossas potencialidades, mas o abismo onde se enterrou toda memória, toda festa e troca de experiências.

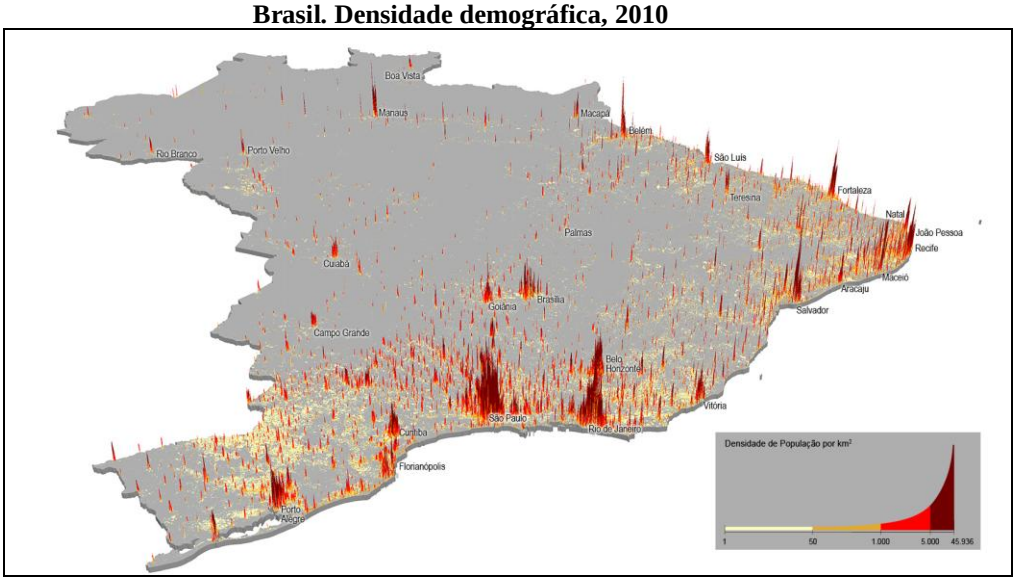
É comum encontrar as grandes cidades mais ligadas a distopias que a utopias, quando consideramos as análises contidas em contribuições científicas e em expressões artísticas, especialmente em ficções. Cristovam Buarque[15] faz referências a 'monstrópoles' ao tentar problematizar a configuração espacial que o processo de urbanização tem gerado em nossa sociedade. A realidade urbana das grandes cidades provocou, de certo modo, um rompimento entre as expectativas criadas acerca do urbano. Poucos são os autores que mediante o contexto urbano contemporâneo mantêm perspectivas positivas para o futuro nele baseadas.

---

[13] Starling, Rodrigues e Telles, 2008. Trata-se de uma coletânea de textos organizados pelos mencionados autores.
[14] Brandão, 2006.
[15] Buarque, 2014.

Um olhar para o mapa de densidade demográfica brasileiro (figura 1) nos permite apreender a desigual distribuição espacial brasileira e a configuração demográfica proporcionada pela rede urbana com intensa polarização no litoral e em alguns poucos centros do interior. O mapa da densidade demográfica é também o mapa que revela a extrema concentração urbana no território. Tal dinâmica tem outra face que é a do esvaziamento demográfico de diversas áreas polarizadas por pequenas localidades, onde a reprodução social da vida tem sido dificultada. Portanto, tal como a concentração, o declínio demográfico também é parte de uma geografia capitalista.

Figura 1
Brasil. Densidade demográfica, 2010



Fonte: IBGE, 2016.

A realidade urbana que vivenciamos está distante do que poderia vir-a-ser. Lefebvre[16] ao sinalizar para a sociedade urbana argumenta que estamos as portas do urbano, que a potencialidade positiva contida nele ainda não se realizou. Compartilhamos dessa perspectiva esperançosa acerca do urbano. Ainda que tenhamos mencionado apreciações críticas dos grandes aglomerados urbanos não os sinalizamos como distopias.

Pretendemos apenas lembrar que para reconstruir utopias urbanas é preciso olhar o território como um todo e, portanto, incluir as pequenas cidades. Embora compreendamos ser necessário pensar utopicamente as diversas áreas e realidades, temos um recorte e a nossa contribuição volta-se a contemplar na reflexão as pequenas cidades concretas como parte da utopia contida na ideia já mencionada da sociedade urbana.

Existem interpretações diferentes, como a de Jane Jacobs[17]. Ela considera autores que criticam as grandes cidades e fazem propostas mais dispersas, como foi o caso das Cidades Jardins de Ebenezer Howard[18], como posturas antiurbanas.

Nesse sentido, evocamos as ideias de Lewis Mumford[19] quanto recriar o urbano e adicionamos, como convergente a nossa, a postura de Jon Norman[20] em apresentar as

[16] Lefebvre, 2001 e 2002.
[17] Jacobs, 2000.
[18] Howard, 2000.
[19] Mumford, 1965.

pequenas cidades como parte das alternativas urbanas. Em convergência, Capel[21] sinaliza como essencial a reconstrução de uma nova perspectiva de futuro e destaca as pequenas cidades como referenciais positivos para repensar perspectivas urbanas. Portanto, se existem reflexões espaciais no pensamento utópico, queremos destacar as pequenas cidades enquanto possibilidades, ainda pouco exploradas, de viabilizar a vida urbana, quem sabe com maior racionalidade ambiental e social. Tal possibilidade encontra-se enormemente ampliada frente as probabilidades de articulação criadas pelas redes contemporâneas. Especialmente as redes relacionadas a comunicação podem alterar substancialmente os conteúdos culturais que costumeiramente são vinculados as pequenas cidades, sinalizando para valores que ultrapassem a contraposição que se faz da realidade dessas localidades entre o provincianismo e o cosmopolitismo. As redes densas de conteúdos técnicos e informacionais podem estreitar os vínculos com uma cultura mais diversificada e ampla, possivelmente promovendo a superação de práticas políticas e culturais restritas. Isso é fundamental para pensar pequenas localidades como parte de um vir-a-ser com melhores condições de vida para a sociedade. Reiteramos, contudo, que é preciso superar a projeção apenas de formas. Lembramos que é fundamental abordar a dimensão educadora da cidade e o necessário avanço político.

Utopias urbanas e pequenas cidades

Ideais utópicos compõem vasto referencial. Claeys[22] tentou compilar diversas obras, mas adverte que a amplitude do gênero é desconcertantemente grande. Nesse amplo conjunto encontram-se as projeções de cidades ideais ou cidades modelos. São propostas que aparecem de modo recorrente desde a Antiguidade. Despertou-nos a atenção que elas têm em comum a proposta em estabelecer um limite máximo de habitantes, no sentido de que sejam mantidas como localidades demograficamente pequenas. No caso da Grécia Antiga, desde os registros atribuídos a Platão e Aristóteles, as cidades ideais esboçavam tais limites, naquele caso tendo em vista a viabilização da participação dos cidadãos nas tomadas de decisões.

Em textos dos mencionados filósofos gregos encontra-se a argumentação de que a cidade não deve ser nem muito pequena e nem muito grande, pois uma cidade constituída com um número muito pequeno de habitantes não será autossuficiente, enquanto outra com número excessivamente grande, ainda que satisfatória para as necessidades básicas, será apenas um amontoado de gente.

A idealização da cidade na sociedade grega, destarte, era motivada pela sua dimensão política. A convivência política justa e a busca das virtudes permeiam a filosofia produzida naquela sociedade, que demandavam tempo livre. Assim, os cidadãos não podiam ser trabalhadores manuais, comerciantes ou agricultores[23], pois tais atividades absorvem demasiadamente o tempo, tal como ocorre com diversos segmentos de trabalhadores nos dias atuais.

Sublinhamos que por meio de diversas leituras nos pareceu recorrente em propostas utópicas a preocupação em estabelecer limite demográfico (Quadro 1), mantendo as localidades em dimensões entre pequenas e médias. As motivações são diversas e são esboçadas em um mundo que tende a concentração demográfica. Portanto, elas contêm implicitamente uma política territorial diferenciada da patrocinada espontaneamente pelas dinâmicas econômicas.

---

[20] Norman, 2013.
[21] Capel, 2009.
[22] Claeys, 2013.
[23] Mossé, 1999.

O problema do ideal demográfico preocupou vários filósofos e cientistas, afirma Mumford[24], fazendo igualmente referência à cidade grega, onde a democracia exigia o encontro face a face. As propostas para cidades ideais quase sempre ficavam entre 25-30 mil habitantes. Sobre a cidade grega, ele afirma " [...] não há melhor maneira de definir a cidade grega do princípio do período helênico do que dizer que constituía uma comunidade decidida, para o seu próprio bem, a continuar pequena" [25]

Quadro 1
Utopias e limites demográficos, alguns exemplos

Autor	Proposta	Limite demográfico (habitantes)
Tomas Morus	Utopia - 54 cidades	6 mil famílias
Robert Owen	Harmonia	1.200
Charles Fourier	Falanstérios	1.600
John Silk Buckingham	Victoria	10 mil
Ebenezer Howard	Cidades Jardins	30 mil

Fontes diversas.

No que se refere à idealização urbana, Morus não pensou apenas uma cidade, mas todo um ordenamento territorial com um conjunto de cinquenta e quatro cidades, iguais no traçado e no aspecto tanto quanto permita o terreno. Nelas não haveria o instituto da propriedade privada.

Tais cidades teriam no máximo seis mil famílias, com número de filhos entre dez e dezesseis. Portanto, ele pensou detalhadamente as questões demográficas, como pode se verificar no seguinte excerto: "Se a população de uma cidade é, no total, muito numerosa, ela servirá para encher o vazio das que são pouco povoadas. E se, em toda a ilha, a população torna-se exagerada, designa-se, em qualquer cidade, cidadãos que irão fundar, no continente mais próximo, uma colônia regida por leis outorgadas por utopia"[26]. Fazia parte da idealização de Morus a predominância de homens regidos por bons sentimentos, mais do que por protocolos e regras.

É preciso recordar que as cidades ideais são propostas como correção de elementos e características indesejáveis nas cidades existentes, ou seja, como uma negação de suas formas e práticas. De modo geral, as utopias continham previsões muito fechadas, prevendo e idealizando, sem admitir a presença do conflito social e do movimento. Com isso, podemos considera-las como inseridas em uma atmosfera tão irreal quanto a dos contos de fadas, onde pairava algo de 'foram felizes para sempre', já que se projetavam como resolução definitiva para todos os problemas.

Algumas utopias tornaram-se experiências concretas como Harmonia, de Robert Owen em 1825, com população em torno de 1.200 habitantes que deveriam viver de maneira comunitária, o que o torna, também, um precursor do socialismo e cooperativismo. No mesmo período, Fourier acreditava que a fase avançada da humanidade envolveria uma forma de viver comunal, em unidades para aproximadamente 1.600 pessoas de diferentes posições sociais, denominadas falanstérios, com dormitórios, refeitório, biblioteca, teatro e outros. Suas ideias foram aplicadas de forma simplificada em edifícios denominados de familistério,

[24] Mumford, 1965.
[25] *Idem*, p.244.
[26] Morus, 1992, p.68

abolindo o sistema comunal e alojando famílias em apartamentos situados em edifícios com serviços coletivos[27].

Em 1849, John Silk Buckingham propôs a cidade ideal de *Victoria* para dez mil habitantes como remédio para os males ingleses. Outra proposta em 1876 é de um médico, Benjamin W. Richardson, que propôs uma cidade – *Hygea* – para cem mil habitantes, tendo em vista a melhoria das condições higiênicas urbanas. Estes exemplos dispensavam as preocupações econômicas e políticas das propostas utópicas da primeira metade do século, herdadas dos gregos. Nesse intuito, alguns empresários construíram em conjunto com suas fábricas as chamadas *Company Towns*[28], onde foram implantadas muito superficialmente alguns princípios presentes nas utopias.

A proposta de cidades jardins de Howard[29] também não se baseava em uma cidade isolada, mas em localidades de aproximadamente trinta mil habitantes dispostas geometricamente em torno a uma cidade central, fazendo com que o morador "[...] ainda que em certo sentido vivendo numa cidade de pequeno porte, na realidade viva e desfrute de todas as vantagens de uma grande e belíssima cidade, mantendo-se a poucos minutos a pé ou de condução de todas as delícias do campo [...]".

A contextualização dessa obra que se encontra na introdução elaborada por Ottoni mostra como ela é formulada como parte do percurso da idealização das cidades. As utopias foram seguidas por propostas de sanitaristas e empresários, tendo em vista a condição em que se encontrava Londres na metade do século XVIII e XIX, onde já se desenhavam os problemas das cidades contemporâneas, provenientes da condição humana contraditória, gerada pela Revolução Industrial[30].

Como se vê, reiteramos que a idealização de cidades incluindo limites demográficos convive com diferentes motivações. A manutenção das cidades em dimensões que viabilizem a atuação política como valorizava Alexis de Tocqueville[31], baseada na democracia direta é uma preocupação que se mistura com posturas relacionadas ao controle de viés malthusiano, além do sanitarismo.

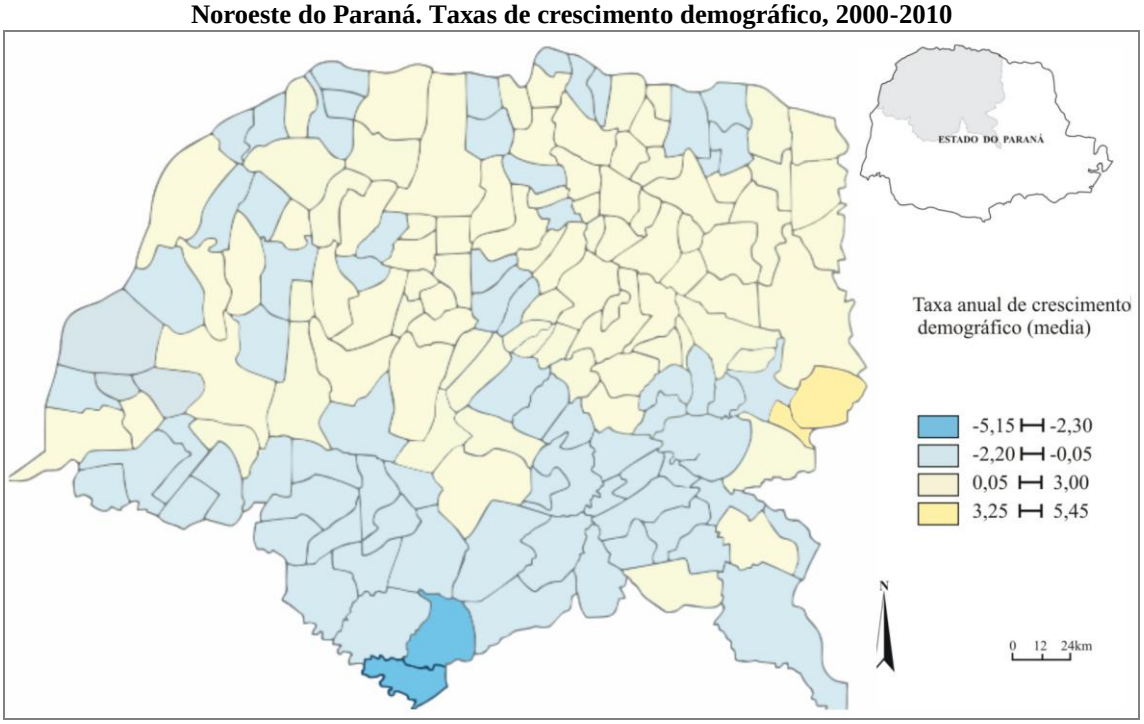
É certo que as dimensões menores poderiam facilitar a vida política e a participação direta. Contudo, observa-se que, na realidade, as pessoas de modo geral encontram-se acuadas quanto a uma vida politicamente participativa e propositiva nas pequenas localidades.

As pequenas cidades idealizadas e atualmente inspiradoras de empreendimentos imobiliários, poucas relações têm com as esquecidas pequenas cidades concretas. Tomando por referência a região que estudamos (figura 2), significativa parte dessas localidades passam por processo de estagnação ou declínio demográfico. Tal fato demonstra que a reprodução social da vida tem sido inviabilizada nestes espaços.

---

[27] Benevolo, 1999.
[28] Ottoni, 2002, p. 20-31
[29] Howard, 2002, p.187-188.
[30] *Idem*.
[31] Tocqueville, 1985.

Figura 2
Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 2000-2010



Fonte: IBGE.

No período contemplado pela referida figura, de 165 municípios existentes na região 77 municípios apresentam perda de população. Tal processo de declínio tem se repetido por várias décadas. Entre 1970 e 1980 de 131 municípios[32], 113 tiveram perda de população. De 1980 a 1991 de 132 municípios, 95 passaram por diminuição da população total e, de 1991 a 2000, igualmente se observa a persistência de declínio demográfico, pois dos 156 municípios 91 tiveram perda de população. Acompanhar tal dinâmica na região Noroeste do Paraná, permitiu-nos perceber que ainda que o número de municípios abrangido pelo processo de declínio seja menor, nas últimas décadas o processo não afeta apenas a população total, mas atinge cada vez mais a população urbana. Ou seja, as pequenas cidades não são afetadas apenas nos seus papéis enquanto localidades centrais pela diminuição da população do entorno, mas também a população intraurbana tem emigrado.

Isto nos faz pensar que mesmo países já com alto grau de urbanização, como os quase 90% de população urbana do Brasil, poderão passar por intensas modificações nos assentamentos humanos. É comum que pensemos que as grandes transformações urbanas ocorrerão em países onde o processo de urbanização ainda não foi tão intenso. Contudo, o processo migratório conhecido como êxodo rural parece ter sido só uma etapa da mobilidade demográfica. Portanto, caso nenhuma política territorial seja implementada e as tendências atuais sejam confirmadas, teremos uma acentuação da concentração demográfica e simultaneamente intensificação do esvaziamento demográfico de vastas áreas não-metropolitanas. Ambas faces do processo compõem a geografia capitalista e com modificações expressivas nos assentamentos humanos.

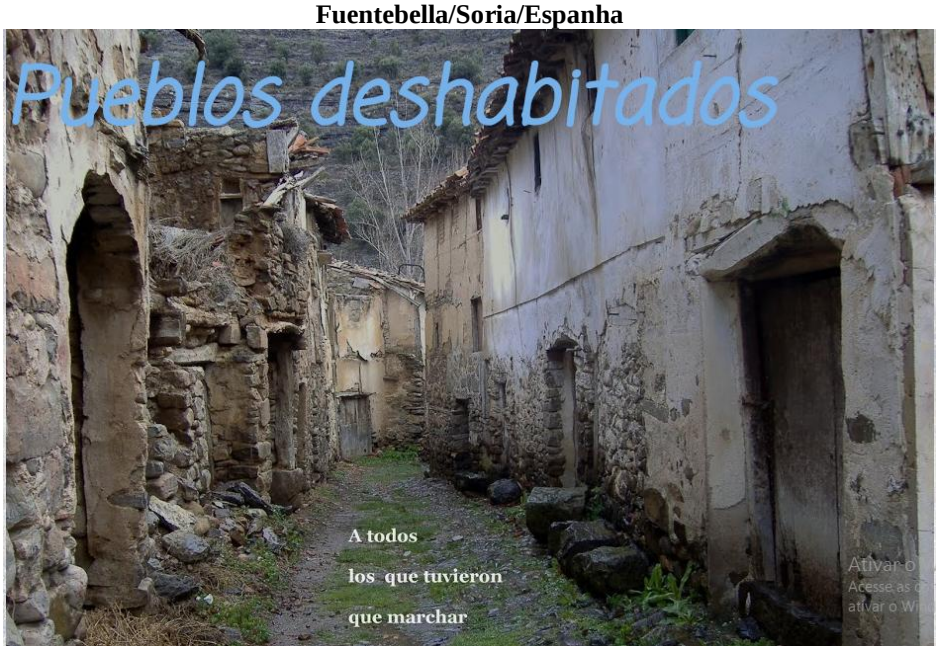
Temos acompanhado essa realidade em outras áreas do Brasil e do mundo, o que nos possibilita assinalar que se trata de uma tendência que se repete, inclusive gerando localidades

[32] A região é a mesma, mas na perspectiva municipal aconteceram alterações territoriais, especialmente desmembramentos de municípios, por isso o número é diferente a cada década.

completamente desabitadas, como mostra a Figura 3. Lugares onde a vida não pode ser reproduzida com uma série de implicações. A paisagem de localidades abandonadas compõe uma triste geografia, de sonhos interrompidos e laços desfeitos.

São espaços que não foram apropriados política e socialmente. Espaços que mostram quão pouco pode a sociedade local, mediante dinâmicas promovidas por escalas de poder ampliadas, do nacional ao mundial. Migrar deve ser um direito, mas não algo que se impõe em nome da sobrevivência. Nesse caso, a figura aparece com uma dedicatória *"A todos los que tuvieron que marchar*".

Figura 3
Fuentebella/Soria/Espanha



Fonte: Faustino Calderón, 2016.

Há, portanto, um abismo entre as possibilidades sinalizadas para pequenas cidades nos ideais utópicos e a realidade encontrada em muitas delas. Entretanto, a provocação que vem da utopia é justamente problematizar o real e tentar superá-lo. No âmbito da pesquisa, vislumbrar novas possibilidades na compreensão da realidade é tentar superar resultados constatatórios, que se limitam a mostrar como ela é sem problematizá-la no sentido da sua superação.

Tratar das pequenas localidades com base no referencial empírico das áreas não-metropolitanas, em específico neste trabalho a região Noroeste do Paraná, implica abordar a questão do desenraizamento, da migração que se faz para a reprodução social da vida e a dificuldade em manter as pequenas cidades como lugares. Por isso, pensar possibilidades para essas localidades de modo concreto significa refletir sobre o direito de não migrar.

A questão atual dos refugiados internacionais expõe a premência do direito de migrar, que é pertinente e relevante. Contudo, tanto nesta escala como partindo de escalas locais e espacialmente com dimensões mais restritas como a que trabalhamos também é preciso pensar no direito de não migrar. Enunciado de outra maneira, podemos falar da necessidade de "um lugar para permanecer". Esta é uma frase de Heráclito, citada por Neil Smith[33]: *"Give me a place to stand*", quando se refere a população sem-teto. Ele fala da necessidade de estar

[33] Smith, 1992, p.76.

inserido em uma escala geográfica para a partir dela estar articulado às demais. Ele assinala que a libertação política exige o acesso ao espaço e que a existência humana corresponde obrigatoriamente a ocupar um espaço geográfico, o que equivale a ter um lugar, onde possa se estar de maneira estável e por tempo suficiente para criar vínculos afetivos e de identidade.

Sobre o direito de não migrar, Armando Bartra[34] contextualiza o debate em termos similares ao que apresentamos, abordando os direitos do que migra e o direito de não migrar. Embora ele trate da escala internacional de imigração, as reflexões são também pertinentes para outras escalas geográficas. Os grandes fluxos, imigratórios representam, conforme o referido autor, a destruição da economia de sociedades periféricas, e que não conseguem garantir a sua população o mínimo: comida e emprego. Ele acrescenta que suprir essas necessidades não está na lógica do livre mercado. Ações nesse sentido devem vir de governos comprometidos com a sua sociedade e que decidam agir deliberadamente neste sentido.

Nesse caso, são ações setoriais, mas vinculadas a determinados espaços, o que implica pensar em políticas territoriais, visando contemplar localidades que pela lógica econômica espontânea dificilmente serão atingidas com investimentos. São espaços que precisam ser valorizados pelos seus significados sociais e não por suas vantagens econômicas e por sua funcionalidade ao capital.

A utopia que compartilhamos em relação as pequenas cidades é a de que elas sejam consideradas como parte da realidade urbana. Os assentamentos humanos gerados espontaneamente têm-se mostrado humanamente inviáveis. Portanto, a política territorial não pode ser mais a implícita. É certo que existe grande dificuldade de se implementar políticas territoriais que se contrapõem ao desenvolvimento econômico. Por isso, atitudes conservadoras adotam a política territorial da não-política[35] já que intervir no território exige regulação econômica. Entretanto, é fundamental lembrar com Sánchez[36] acerca do que acontece ao território, que será expressivo na medida em que afete ou possa afetar as pessoas. Esse é o referencial que precisamos manter.

Portanto, viabilizar a vida em pequenas cidades em áreas marcadas pela dispersão demográfica, significa torná-las espaços de investimentos diversos, mas não orientados pela lógica empresarial do retorno financeiro. A resolução dos problemas sociais, de modo geral, precisa estar balizada por outros critérios que não sejam aqueles que parecem ser a única razão de existir no capitalismo – a reprodução do capital. Ações com o intento de viabilizar a reprodução da vida em pequenas localidades dispersas, precisarão levar em conta outros tantos valores no âmbito social e humano.

A oferta de serviços e equipamentos e a introdução da tecnologia precisam levar em conta as necessidades humanas e os alcances que poderiam proporcionar e que são imensos. A lógica deverá ser a de geração de emprego e renda valorizando, por exemplo, iniciativas cooperativas e de autogestão; a disponibilização de serviços e equipamentos públicos que podem ser viabilizadas por meio de cooperações entre entes locais; incrementar a acessibilidade por meio de transportes e comunicação, além de promover uma dimensão educadora e de participação política que permita romper com a reprodução da política e da sociabilidade conservadora que costuma caracterizar essas áreas.

---

[34] Bartra, 2002.
[35] Sánchez, 1992.
[36] *Ibidem*.

Portanto, a utopia que compartilhamos ao lembrar as pequenas cidades como parte das possibilidades da sociedade urbana tem um vínculo bastante concreto com os problemas que encontramos ao estudá-las. Por outro, lado a superação das dificuldades precisam sinalizar lógicas diferenciadas das que costumam impor-se. Portanto, o referencial utópico deve ao mesmo tempo estar próximo das condições materiais existentes, mas também deve representar que o pensamento consegue libertar-se dos horizontes estreitos que estas apresentam momentaneamente.

Recriar a utopia

Reiteramos nesta parte que compreendemos como vital a manutenção do pensamento utópico e a necessidade de recriá-lo. Para além de avançar na compreensão da realidade incluindo o devir e um olhar utópico, estudar o tema mostra que será preciso renovar a própria concepção de utopia. Será preciso ultrapassar o que ela já foi, em especial quanto ao seu aspecto alienador e de negação das condições materiais concretas. É necessário vislumbrar o que ela pode ser ou representar buscando um entendimento potencializado na história e que deve ser compreendido em meio às condições concretas de realizar-se[37].

Pode se considerar que houve um avanço na forma de compreender a utopia. Ela tem sido repensada, como pode se encontrar em formulações de diversos autores. Procuramos registrar parcialmente contribuições no sentido de repensar da utopia.

Como já afirmamos em trabalho anterior[38], se antes a utopia dissociava-se da história, com a modernidade fundiu-se com ela. Assim, um entendimento materialista da utopia é que ela está potencializada na história, ou seja, deve ser compreendida em meio às condições concretas de se realizar[39]. A nova condição humana, produzida com a modernidade, inspira e renova as utopias, bem como as antiutopias. Essa forma de ver a utopia não pertence apenas a Jürgen Habermas, mas também a outros cientistas vinculados à denominada Escola de Frankfurt.

Convergindo, Ernst Bloch *apud* Bárbara Freitag e Paulo Sérgio Rouanet[40] fala de 'decifrar' o futuro incrustado no presente, desvendando o que ele tem de 'friável', visualizando por meio das 'fraturas' o presente que se abre para o futuro. Para Bloch, toda forma de pensamento que não se deixe guiar pela perspectiva do futuro utópico está condenada à opacidade, pois o pensamento verdadeiramente dialético é vinculado à esperança e a uma utopia concreta vinculada a tendências objetivas, já presentes no real. Assim, tanto a esperança é instruída pela realidade, como a realidade ilumina a utopia.

De acordo com Massimo Quaini[41], a grande missão da utopia é dar acesso ao possível, em oposição ao passivo assentimento ao atual estado de coisas. Ele destaca a necessidade de romper com a inércia do homem, lembrando a faculdade de que ele pode reformar continuamente seu universo. Nesta perspectiva, o conteúdo utópico presente nas teorias sociais procuram anteceder as possibilidades e suas condições de realização. Trata-se, destarte, de superar a postura de resignação mediante o que se constata, por meio da crítica ao estabelecido e da possibilidade de criar referenciais para um outro acontecer histórico.

---

[37] Habermas 1987.
[38] Endlich, 2009.
[39] Habermas, 1987.
[40] Freitag e Rouanet,1980, p. 145-146
[41] Quaini, 1983, p.139-140.

Outros referenciais vão além, assinalando que a utopia vislumbra não só o possível como o impossível, que libera e reinventa possibilidades, que de outro modo não existiriam, de acordo com Daniel Innerarity[42]. Segundo ele, é isto que faz a reflexão utópica irrenunciável para o pensamento político e social. A abertura dessas possibilidades, segundo o referido autor, prescinde de uma ideia menos limitada de política, tida como o desenho das condições humanas, não restritas à experiência que se dispõe, mas que incorpore o inédito e o insólito. Como expressa o referido autor, a utopia é hoje a salvaguarda da indeterminação, do caráter aberto e imprevisível do futuro. Não desenha uma antecipação do futuro, mas pondera sobre possíveis futuros, projetando, assim, uma sociedade com futuro aberto e uma certa *ingovernabilidade*. Consideramos convergente com essa concepção a de Brandão[43] que metaforicamente afirma que a utopia serve para 'contaminar' as limitações do presente.

Contribuem nesta direção, as novas formas de compreender o pensamento utópico, contribuições que ao serem menos fechadas, são menos cerceadoras e menos dogmáticas[44]. Fundamentam-se na autonomia e no crédito à dinâmica política e social que a própria sociedade poderá criar. Por isso, não é preciso traçar uma única trilha para um final feliz.

Observamos que tratar da utopia tem uma oscilação entre ideias mais modestas acerca das mesmas, como pensamentos que trazem uma dimensão mais desafiadora. Claeys[45] posiciona-se fixando-se na ideia de que a utopia deve vincular-se menos à ideia de perfeição e mais à de sociedade melhorada. Igualmente, o autor valoriza a necessidade de renovar o pensamento utópico com as seguintes palavras: "[...] nosso mundo ideal deve ser nossa própria criação, e teremos de enfrentar uma séria prestação de contas com o destino se não o criarmos"[46].

Neste ponto, cabe insistir uma vez mais de que mais do que projetar formas arquitetônicas, o futuro deve ser iluminado pela possibilidade de novas relações políticas, sociais e culturais. A produção de uma espacialidade socialmente mais adequada passa pelo envolvimento, bem como pelo avanço político e cultural da sociedade como um todo, ainda que tudo isso seja conquistado lentamente.

Retomamos a afirmação de que ao enfocar as pequenas cidades não se adota neste trabalho uma postura contrária às grandes cidades. É certo que elas resultam de processos de concentração de capital e de políticas afinadas com a centralização de poder ainda que de modo implícito. Por outro lado, a sociedade a transforma em espaços inovadores e ricos no âmbito cultural. Assim, pode-se dizer que mesmo em condições sociais adversas e contraditórias, produziu-se um rico espaço de convivência e manifestação. Onde se concentrou a opressão também se concentrou a oposição e a resistência.

Todavia, advertimos que o olhar para espaços, cujo significado para o capitalismo e para a sociedade parece menos evidente, deve levar em conta a totalidade. Trata-se de ler no espaço produzido que a polarização esteve afinada com o poder e com as políticas territoriais que tendem a referendar dinâmicas e processos já existentes, reforçando o processo de mobilidade espacial da sociedade, vista tão somente como fonte de mão-de-obra.

---

[42] Innerarity, 2003, p. 240-249.
[43] Brandão, 2008.
[44] Habermas,1987; Quaini, 1983 e Innerarity, 2003.
[45] Claeys, 2013.
[46] *Idem*, p.213.

Retomar a sociedade urbana enquanto utopia implica em considerar que estamos ainda nos tornando urbanos e em processo de aprendizado, embora a condição urbana e contraditória já esteja presente. A cidade deve ser vista enquanto dimensão educadora, *lócus* de aprendizado e crescimento. Com base em Milton Santos[47], pode-se afirmar que aprender a ser urbano implica em superar a 'condição de não-cidadão' ou de 'cidadão mutilado'. Sublinhamos a dimensão educadora e de avanço político que vida urbana pode proporcionar, Brandão[48] se refere ao urbano como: "[...] um mundo político onde os homens se encontram, trocam mercadorias, experiências e ideias, dialogam e educam-se uns aos outros[49].

Do ponto de vista geográfico, isso requer o rompimento com a existência de espaços sem cidadãos, ou de espaços conduzidos de forma alheia aos interesses da sociedade local, enquanto meros locais de reprodução da força de trabalho, como se constata na realidade exposta pelas pequenas cidades, situações em que ultrapassar a cultura do autoritarismo faz parte do aprendizado e da conquista da urbanidade. Quem sabe, assim, tanto as pequenas cidades como as maiores, tendo em vista as possibilidades materiais criadas, possam concretizar novas condições políticas e sociais.

Buscando essa perspectiva mais concreta e, portanto, materializada no espaço, compreendemos não a utopia como aquilo que não se realiza em lugar nenhum, mas antes como uma visão espacializada que sinaliza que pode ser projetado um devir, identificando locais de esperança, dentre os quais as pequenas cidades. Que as concepções utópicas superem "A misteriosa luta do reino de *parassempre* contra o império de *nuncamais*"[50]

Considerações finais

As pequenas cidades, ou os espaços que parecem tão diminutos em contraposição as imensas metrópoles produzidas no período atual, não precisariam sê-lo quanto a suas possibilidades políticas, sociais e culturais. Existem condições materiais produzidas para que as limitações políticas e culturais sejam superadas.

Vivemos tempos em que, mais do que nunca, a manutenção de uma leitura crítica da realidade precisa ser mantida. Precisamos nos desvencilhar da leitura do mundo como fábula como nos propõe o capitalismo e identificar a face real que é o mundo como perversidade[51]. Contudo, não podemos perder a dimensão da utopia, porque ela é parte da leitura dialética do mundo, buscando nas suas contradições as fissuras sociais que esboçam a construção de algo novo. As utopias precisam ser renovadas. É vital que se mantenham perspectivas de superação das dificuldades e limitações que as crises diversas têm trazido, pois o contrário disso significa resignação e abdicar da luta.

Neste trabalho lembramos o significado da dimensão espacial na projeção da esperança. Ainda que a utopia remeta a ideia de uma projeção que não existe em nenhum lugar, ideias permeadas por ela esboçam espaços, dentre eles muitas pequenas cidades, ainda que de forma idealizada. Em busca de uma utopia baseada em uma visão concreta da realidade, queremos

---

[47] Santos, 1987.
[48] Brandão, 2008.
[49] *Idem*, p. 61.
[50] Von, 2016. A frase corresponde a título de álbum musical lançado originalmente em 1969, inclusive com uma música denominada Atlântida.
[51] Santos, 2001.

chamar a atenção para as pequenas cidades reais e distanciadas das idealizações. Que elas sejam consideradas como parte do pensamento do vir-a-ser e da sociedade urbana, pois viabilizar pequenas localidades significa contemplar o direito a manter o enraizamento afetivo e o direito de não migrar. Significa que a vida possa ser reproduzida, sem que para isso grande parte da sociedade tenha que peregrinar por diversos espaços.

Como já afirmamos, a realidade internacional dos refugiados nos remete ao direito de migrar, mas é preciso tratar também do direito de que a sociedade não seja forçada a migrar para que possa subsistir. Que a vida possa ser reproduzida nos locais de origens nas suas diversas escalas espaciais. Neste contexto também pode ser compreendida a realidade de pequenas localidades localizadas em áreas de declínio demográfico.

A perspectiva utópica baseada na concretude será sempre salutar, contudo em tempos de crises, incertezas e instabilidade, ela é imprescindível. Como diz a música: "*Cuando la noche es más oscura si viene el día en tu corazón*"[52].

Bibliografia

BARTRA, Armando. *Los derechos del que migra y el derecho de no migrar*: dislocados [en línea]. Disponível em: http:<//www.jornada.unam.mx/2002/11/03/mas-bartra.html>. Acesso em 26.mar.2016.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade.* 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 728 p. Título original: *Storia della Cittá*, 1975.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A geografia das utopias agrárias*: da cidade dos sonhos aos sonhos da terra. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. P.167 – 205.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A natureza da cidade e a natureza humana. In:
BRANDÃO, Carlos Antonio Leite Brandão. *As cidades da cidade,* 2006, p.55-79.

BUARQUE, Cristovam. O concerto das monstrópoles. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 10.abr.2014. Opinião.

CAPEL SAEZ, Horácio. *La cosmópolis y la ciudad*. Barcelona: Serbal, 2003, 249 p. (A estrela polar, 41).

CAPEL SAEZ . Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global. *Investigaciones Geográficas – Boletin del Instituto de Geografia*, n.70, 2009, p.7-32.

CLAEYS, Gregory. *Utopia*: a história de uma ideia. São Paulo: Edições Sesc, 2013. 224 p.

ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo, Editora da Unesp, 2009. 360 p.

[52] *Juguetes perdidos*, de *Los Redondos.*

FAUSTINO CALDERÓN. *Fuentebella.* In: los pueblos deshabitados [en línea]. Disponível em: <http://lospueblosdeshabitados.blogspot.com.br/>. Acesso em 29.mar.2016.

FREITAG, Bárbara; ROUANET, Paulo.Sérgio (Org). *Habermas.* São Paulo: Ática, 1980, 216 p. (Grandes cientistas sociais, 15).

HABERMAS, Jürgen. *A nova intransparência.* Novos estudos Cebrap, n.18, p.103-125, set.1987.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã.* 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002, 211 p.

IBGE. *Atlas Digital Brasil 1 por 1* [en línea] Disponível em: <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html>. Acesso em 28.mar.2016.

INNERARITY, Daniel. Trás las utopías: sobre la posibilidad de un futuro alternativo. In: FERNANDEZ ARROYABE, M. L.; CUENCA CABEZA, M. *Humanismo y valores.* Bilbao: Universidad de Deusto, 2003, p.237-250.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* São Paulo: Martins Fontes, 2000, 510 p. Título original: *The death and life of great american cities*, 1963.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2001, 145 p. Título original: *Le droit à la ville*, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 178 p. Título original: *La revolution urbaine*, 1970.

LOS REDONDOS. *Juguetes perdidos.* Disponível em: <http://www.musica.com/letras.asp?letra=57136>. Acesso em 26.mar.2016.

MORUS, Thomas. *A utopia.* 3.ed. Brasília: Edunb, 1992, 87 p.

MOSSÉ, C. O cidadão na Grécia antiga. Lisboa: Edições 70, 1999, 135 p. Título original: *Le citoyen dans la Grécie Antique*,1993.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1965, v.1, 408 p. Título original: *The city in history*, 1961.

NORMAN, Jon R. *Small Cities USA*: growth, diversity, ane inequality. New Brunswick: Rutgers University Press, 2013. 188 p.

OTTONI, D.A.B. Cidade-jardim: formação e percurso de uma ideia (Introdução). In: HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p.10-101. Título original*: Garden Cities of Tomorrow*, 1898.

QUAINI, Massimo. *A construção da geografia humana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 158p. (Geografia e sociedade,3).Título original: *La construzione della geografia umana*, 1975.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Geografia Política.* Madrid: Síntesis, 1992, 224p. (Espacio y sociedad, n.23).

SANTOS, Carlos Nelson dos. *Cidade como um jogo de cartas.* São Paulo: Projeto Editores, 1988. 192 p.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão.* São Paulo: Nobel, 1987, 142p.
SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 174 p.

SMITH, Neil. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, J.G.E.; MALEK, M. (Eds.). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan, 1992, p.57-79.

STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 376 p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. In: JEFFERSON, T. *Escritos políticos*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.183-317. (Os pensadores).

VON, Ronnie. *A misteriosa luta do reino de parassempre contra o império de nuncamais*. [Album musical] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lAwP33_my5A.> Acesso em 29.mar.2016.

WEINER, Eric. *A geografia da felicidade*: uma viagem por quatro continentes para descobrir os segredos da alegria de viver. Rio de Janeiro: Agir, 2009, 324p. Traduzido do original: *The geography of bliss.*